

Educando sensibilidades: publicização e debate no espaço universitário sobre o documentário "sem pena"

Educating sensitivities: publicity and debate in university field about the documentary "without sentence"¹

¹ In a free translation from: "Sem Pena" with has an ambiguity: it might mean "without sentence" or "without pity".

Marta Gouveia de Oliveira Rovai¹, Rafael Flores de Lima²

¹Professora Adjunta da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL/MG). Pós-doutoranda pela Universidade Federal Fluminense (UFF/RJ). Líder do Grupo de Pesquisa História do Brasil: memória, cultura e patrimônio, da UNIFAL/MG. Pesquisadora do Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO), da Universidade de São Paulo (USP).
(martarovai@usp.br ou marta.rovai@unifal-mg.edu.br)

²Concluinte do Curso de Graduação em História pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL/MG). Membro do Grupo de Pesquisa História do Brasil: memória, cultura e patrimônio, da UNIFAL/MG.
(rfloreslima@gmail.com)

Recebido em 21 de maio de 2015; Aceito em 24 de junho de 2015.

Resumo

Este artigo apresenta parte da pesquisa "Memórias silenciadas: análise das narrativas orais e filmicas sobre justiça e cárcere no documentário "Sem Pena", enfatizando o processo paralelo ao estudo, que tem sido a tentativa de proporcionar a divulgação do filme e o debate entre os estudantes da Universidade Federal de Alfenas (MG), procurando "educar as sensibilidades" quanto às condições dos apenados no Brasil. Além de compreender o universo prisional e as noções de crime e justiça, por meio de narrativas orais de detentos e ex-presos, o documentário produzido pelo diretor Eugenio Gruppo, em 2014, também procura dar escuta a familiares, policiais e especialistas. No contexto da história do tempo presente, entendemos que as imagens filmicas e discursos apresentados sejam reveladores da problemática histórica das prisões e da (in)justiça no Brasil, que tem no espaço da penitenciária apenas um dos icebergs da complexa realidade de oposições e contradições sociais. Assim, torna-se importante perceber o documentário como fonte histórica produzida em determinado contexto e também entender os discursos nele apresentados e organizados como construção de uma memória coletiva (a prisional, em especial) marcada pela ambiguidade perpetrador/vítima, e como parte da formação de identidade carcerária, procurando fazer-se visível frente à sociedade que, muitas vezes, tem ignorado o direito à defesa e à vida. Nesse sentido, entendemos que, mais do que uma pesquisa, o filme pode contribuir para a sensibilização da comunidade acadêmica, colaborando para romper preconceitos e mobilizar a Universidade em torno da exigência de políticas públicas mais efetivas sobre os direitos humanos.

Palavras-chave: Documentário; Cárcere; (In)justiça; História; Sensibilização.

Abstract

This paper presents part of the research "silenced memories: analysis of oral and filmic narratives about justice and prison in the documentary 'without sentence'," emphasizing the parallel process to the study, which has been trying to provide the release of the film and the debate among students of the Universidade Federal de Alfenas (MG), looking for "educate the sensitivities" regarding the conditions of convicts in Brazil. In addition to understanding the prison world and notions of crime and justice through oral narratives of prisoners and former prisoners, the documentary has been produced by the director Eugenio Gruppo, in 2014, also seeks to listening to family members, police and experts. In the context of the history of this time, we understand that the film footage and presented speeches are revealing the historical problem of prisons and the (in) justice in Brazil, which has the penitentiary space just one of the icebergs of the complex reality of opposition and social contradictions. Thus, it is important to realize the documentary as a historical source produced in a particular context and also understand the speeches presented and organized it as building a collective memory (the prison in particular) marked by ambiguity perpetrator / victim, and as part of training identity of prison, looking to become visible across society that often has ignored the right to defense and life. In this sense, we understand that, more than a survey, the film can contribute to raising awareness of the academic community, helping to break down prejudice and mobilize the university around the demand for more effective public policies on human rights.

Keywords: Documentary; Prison; (In) justice; History; Awareness.

A educação se divide em duas partes: educação das habilidades e educação das sensibilidades.
Rubem Alves

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo apresentar parte das reflexões em torno do trabalho de conclusão do curso de História, na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL/MG), e que teve como um de seus desdobramentos uma série de exposições e debates na Universidade sobre o documentário “Sem Pena”. Inicialmente, o projeto teve como proposta analisar as narrativas orais neste filme, que foi produzido em 2014, sob direção de Eugenio Puppó, procurando entendê-lo como uma fonte da História do Tempo Presente e, por conseguinte, percebendo conflitos sociais, discursos estigmatizantes, falhas nos processos e ausência de direitos humanos, presentes na sociedade brasileira e que atravessam os relatos e imagens. Atentou-se para a produção, também, como parte da construção de uma memória, de certa identidade e de um discurso coletivo – marcado por consenso e dissensos - no contexto atual de discussões sobre a criminalidade e prisões.

As narrativas apresentadas pelo documentário “Sem Pena” devem ser entendidas não como reflexo da sociedade ou como verdade, mas como reveladoras de memórias subterrâneas e ignoradas quanto ao sofrimento provocado pela ausência do direito de defesa, a ineficácia da justiça e do encarceramento. Ali ganham espaço relatos de pessoas acusadas de crimes, presas ou processadas, que vivem ou viveram sob o sistema prisional brasileiro, e que narram em *off* as práticas abusivas presentes no sistema judiciário e nas prisões. Além delas, advogados, promotores, juízes e familiares apresentam sua versão sobre o entendimento do que seja justiça, direito de defesa e punição.

Por meio do filme constrói-se uma maneira de tratar a memória social fazendo o entrecruzamento discursivo de imagens e narrativas orais (que, no caso de “Sem Pena”, omite a figura dos narradores quase todo o tempo e coloca em primeiro plano o ambiente carcerário e judiciário). É, portanto um documento que deve ser analisado em uma dimensão crítica, que engloba o estudo da fonte emissora das condições de produção, que engloba sonorização, cenário, oralidade, lacunas e silêncios, assim como ideologias e subjetividades. Compreende-se que a análise das narrativas orais presentes neste documentário possibilite a ampliação em torno da necessária publicização do debate sobre o processo histórico que gerou os problemas do sistema carcerário brasileiro e da elaboração de políticas públicas mais eficientes calcadas na preservação dos direitos humanos, em especial no direito de defesa, principal temática abordada.

A necessidade da pesquisa, de forma mais aprofundada, e a dificuldade em ter acesso ao filme (uma vez que permaneceu pouco tempo em cartaz em cinemas de circuito fechado, no ano de 2014) levou-nos a manter contato com a entidade responsável por sua produção e divulgação. A forma para obtê-lo foi, na verdade, uma troca proposta pela instituição: teríamos o filme na medida em que nos comprometêssemos com a sua divulgação e garantíssemos o debate acerca da temática. Entendemos, assim, que o processo de realização do estudo também implicaria em certo comprometimento social, promovendo não apenas leituras e investigações, mas ações de caráter educativo, principalmente num momento como este em que discussões equivocadas são desenvolvidas em torno da criminalização de crianças e jovens no Brasil, sem a devida preocupação com a informação filtrada e aprofundada pelo olhar histórico e social.

Nesse sentido, o trabalho enveredou, também, pelo caminho da publicização das narrativas de pessoas historicamente reduzidas ao silêncio por uma sociedade de tradição autoritária e escravista, educada para resolver seus problemas sociais com punições e mais violência. De posse do documentário, iniciamos a sua exibição em salas de aula e no auditório dos cursos de Graduação da Universidade, articulando-o a conceitos científicos e procurando desconstruir estigmas – até mesmo aqueles envolvendo a figura de estudantes universitários, muitas vezes associados à representação de “desviantes” e “drogados” pela comunidade local – que prejudicam o entendimento sobre a noção de direito com universal e inviolável.

Vale lembrar que no último ano os alunos da UNIFAL têm sofrido cotidianamente com o crescimento da violência no entorno da instituição, sendo abordados e assaltados quando retornam para as repúblicas, à noite. Recentemente, o quase linchamento de um adolescente infrator, por parte de um grupo de estudantes, reacendeu o ânimo pelo “justiçamento” entre eles, expresso nas redes sociais da Universidade por meio de posturas agressivas e preconceituosas. Este processo, em especial, levou-nos a considerar que a exibição do filme e a promoção do debate no ambiente acadêmico poderiam contribuir para romper com certa banalização do sentimento coletivo de vingança, produzindo um olhar e uma escuta mais atenta do “outro” (no caso, os chamados por eles de “bandidos”).

Desta forma, entendemos que a divulgação do documentário e a reflexão coletiva sobre a realidade que procura representar significaria uma possibilidade de educar para a sensibilidade, o que estaria bem longe de adestrar pensamentos. Pelo contrário, passava pela compreensão de que a dimensão afetiva e sensível deve contribuir para a melhoria da leitura do mundo em que estamos inseridos e da qualidade daquilo que se conhece e se aprende. Falar do filme “Sem Pena” representou colocar em debate o processo histórico de constituição das desigualdades sociais que sustentam as noções de (in)justiça e a situação dos presídios brasileiros, carentes de estrutura material e judiciária, e abarrotados de homens e mulheres, muitas vezes esquecidos, mesmo antes de terem passado por um julgamento justo e verem garantido o direito à sua defesa. Significou a oportunidade para falar de estigmas, de solidão e de fronteiras não tão claras entre perpetradores e vítimas, fazendo cada um colocar-se no lugar do “outro” e imaginar sua vivência como possibilidade histórica de todos. Na perspectiva de Paulo Freire, pretendíamos que o debate proporcionasse a elaboração de uma “consciência-mundo”, ou seja, uma consciência e uma

Subjetividade que não se dissocia de sua natureza ética (...) voltada não apenas para a existência individual e imediata, mas uma subjetividade comprometida com a problematização do futuro. Uma subjetividade que manifesta seu inconformismo e indignação com a naturalização da miséria, da fome, das desigualdades sociais, bem como apoia a luta contra todo tipo de discriminação tais como a racial, a étnica, de gênero, entre outras. (FREIRE, 1995, p.49-50)

Assim, tratar das relações sociais e das contradições do mundo, cujo sistema penitenciário é apenas um aspecto, e para o qual o filme joga luz, representou pensar a possibilidade de formação de uma sensibilidade emancipatória dentro da Universidade, ou seja, de uma consciência da necessidade de conhecer para transformar o mundo, para além do imediatismo e da vingança, e reinventar o futuro sob a perspectiva da justiça social.

O SISTEMA PRISIONAL E A (IN)JUSTIÇA NO BRASIL: UMA BREVE E NECESSÁRIA HISTÓRIA

Michel Foucault em seu livro, *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*, (1977), estudou o nascimento da prisão e da pena como forma de coerção e suplício, entre o século XVII e XVIII, predominantemente na França. De início, o corpo do condenado era brutalmente transformado em exemplo de punição, por meio de espetáculos públicos que deveriam ser testemunhados pelos súditos, a fim de que não houvesse possíveis revoltas contra o poder monárquico.

No entanto, a publicização da tortura dos considerados culpados por crimes produziu, também, o efeito contrário: a compaixão popular. Isso levou os juristas a elaborarem outras formas de punição, nascendo, então a ideia de prisão como forma de se apenar, disciplinar e controlar, longe da opinião pública. Para o autor, a prisão serviu como um laboratório para criação e aplicação de técnicas disciplinadoras com o intuito de docilizar indivíduos, numa espécie de adestramento social, e fazê-los cair no esquecimento social.

De acordo com o trabalho de James Humberto Zomighami Jr (2013), no Brasil não foi diferente: as prisões foram pensadas com a finalidade de se reproduzir a exclusão, a punição longe dos olhos públicos e o esquecimento social dos considerados “indesejados”. Durante o Império, o cárcere foi instituído pelo Código Penal de 1830 e era para onde eram levados ex-escravos, migrantes e todos aqueles nomeados perigosos e desviantes para a ordem. De lá para cá assistimos um processo cada vez maior de construção de presídios e encarceramento de indivíduos, ao mesmo tempo em que os números da criminalidade aumentam. Hoje o Brasil chega a ter cerca de 500 mil detentos, mais o número absurdo de mais de 230 mandatos de prisão, metade deles somente no estado de São Paulo, colocando o país em terceiro lugar no mundo (perdendo apenas para Estados Unidos e China).

Para o autor, a concepção do cárcere tem servido a interesses hegemônicos, no decorrer de todo o processo histórico brasileiro, investindo-se na fórmula das prisões como solução para problemas bem mais complexos de miséria e aumento da violência, desprezando outras formas de se pensar saídas para, inclusive, a prevenção e a garantia dos direitos humanos de quem se encontra fora e dentro das cadeias. Assim, “a prisão tem sido utilizada para controlar e manter determinados grupos de pessoas excluídos, pela ação da seletividade policial e penal, principalmente dos mais pobres e desfavorecidos pelo sistema político e econômico capitalista brasileiro.” (ZOMIGHANI Jr, 2013, p.22)

A realidade do sistema prisional brasileiro é, contraditoriamente, muito discutida pelo senso comum e pouco debatida de forma mais profunda. Por exemplo, segundo Camila Miranda (2009), ele é considerado um dos mais violentos do mundo, embora tenha passado por mudanças nas últimas décadas. Os presídios espalhados pelo país não possuem estrutura para receber os presos e a superlotação é uma das questões mais graves, além da formação de grupos paralelos dentro deles, que burlam e dominam as prisões internamente. A ausência de um debate mais democrático que leve ao conhecimento profundo destes problemas e de políticas públicas mais eficientes produz a impossibilidade de ressocialização dos detentos. O médico Dráuzio Varella (1999) já apontava, em seu livro, para a produção da barbárie no cativo e para o desrespeito à vida dos presos, não só pelas péssimas condições do cárcere, mas também pelo desprezo social à sua condição.

De acordo com o trabalho desenvolvido por Sandra Maria P. Vichiatti (2011), que entrevistou vários presos do complexo Carandiru antes de sua desativação, a história e a memória dos detentos, no Brasil, ainda está por ser escrita e pensada com a devida seriedade, na medida em que, para ela, a irresponsabilidade, o descaso, a corrupção e a violência sofrida pelos detentos são a reprodução do sistema social vigente. Isso significa que entender a prisão a partir dos sujeitos que nela vivem pode representar a possibilidade de entender o próprio processo histórico brasileiro, gerador de desigualdades e exclusões. Não se trata de trabalhar, desta forma, com o binarismo perpetrador/vítima, criminoso/cidadãos de bem, porque a realidade revela-se mais complexa.

Concordando com a autora, James Zomighani (2013), que trabalhou a organização geográfica dos presídios e os procedimentos de controle dos detentos, afirma que o sistema carcerário tem se mostrado ineficaz, na medida em que existe para reproduzir as desigualdades e separar os indivíduos socialmente, violando seus direitos em nome de interesses econômicos e políticos. Para ele, a segregação espacial dificulta o conhecimento da sociedade sobre os abusos cometidos contra as pessoas aprisionadas, colaborando para a leitura da criminalidade a partir de estereótipos binários e perigosos, uma vez que cala um segmento social.

Para Miranda (2009), a penitenciária é a exclusão de indivíduos de uma sociedade; é uma barreira construída pelos muros e pela construção social de estigmas de bom e mau, perpetrador e vítima e pelo silenciamento de suas histórias como punição. É o apagamento dos sujeitos pelo afastamento ilusório da sociedade de parte de seus conflitos. A cadeia seria uma forma de produzir indivíduos obedientes, enquadrados em formas de disciplina e punição constantes, na mesma perspectiva de Michel Foucault (1997), para quem a prisão não reformaria nem recuperaria presos, mas fabricaria mais delinquência e punição, agrupando os detentos para controlá-los fora da sociedade.

O estado de São Paulo, o maior símbolo da desigualdade social e da exclusão (apesar de ser o mais rico do Brasil), teve no Carandiru o exemplo de ineficiência e de violação dos direitos humanos: sendo considerado o maior presídio em nível nacional e chegando a abrigar cerca de 7.200 condenados e sentenciados, este ficou famoso pelo acontecimento trágico de 1992¹, que chocou o país e dividiu opiniões sobre o tratamento dado aos detentos nas penitenciárias. Além disso, o complexo ficou conhecido por suas histórias dramáticas quando o médico Dráuzio Varella escreveu o livro *Estação Carandiru*, em 1999, relatando sua visão e convivência, inserido como médico no cotidiano dos presos. Diferente de Varella, às vésperas da desativação da prisão, o diretor Paulo Sacramento treinou, por meio de oficinas, e entregou sua câmera aos próprios presos que se encarregaram de realizar as filmagens do documentário "O prisioneiro da grade de ferro", exibido em 2003, logo após a implosão da penitenciária. O mesmo incluía narrativas e imagens selecionadas por eles sobre momentos de disciplina, conflito e trabalho, revelando também pequenas táticas de resistência e de desobediência às normas do sistema carcerário, reveladas na produção de drogas e armas caseiras, assim como formas de sociabilidade nas diferentes manifestações religiosas, no esporte e na sexualidade.

Esta perspectiva da narrativa oral subjetiva dos presos é o que nos interessou na elaboração também do projeto de pesquisa, inicialmente, e na divulgação do documentário, procurando entender que a oralidade, como afirma Paul Zumtor, não se restringe à ação da voz, mas a toda performance que escapa do verbal, como a gestualidade e até mesmo o silêncio (ZUMTOR, 1997, p.203), contribuindo para que o "excluído" se torne visível socialmente e possa constituir a sua própria identidade, publicizando suas histórias e memórias. No caso do filme "Sem Pena", a omissão dos narradores por trás dos relatos (que só aparecem nos créditos finais) também é significativa, reveladora não apenas dos sujeitos em si, mas da possibilidade de que suas histórias possam representar a de tantos outros que ali nem sequer são mencionados. Ou seja, entendemos que haja uma perspectiva fílmica para se tratar de uma memória coletiva, sendo as vozes entendidas como portadoras de experiências e traumas compartilhados e não como individualidades apenas. Vozes estas que procuram dialogar com um público que, em geral, tem se mantido ignorante, indiferente ou rancoroso em relação à sua realidade, como parece ser boa parte dos estudantes da Universidade Federal de Alfenas.

1 Nesse ano, após o início de uma pequena briga entre presos, o presídio foi invadido por policiais, de forma truculenta, ocorrendo o massacre de cerca de 111 presos. Paradoxalmente, a notícia que chocou o país, também dividiu opiniões, muitas delas apresentando-se favoráveis ao "maior rigor" no enfrentamento da criminalidade por parte da "justiça". Rapidamente, a memória deste evento caiu no esquecimento, mas a divulgação de sua violência em muitos jornais – inclusive internacionais – acabou por contribuir para a sua desativação e implosão, em 2001.

O SENTIDO DA EXIBIÇÃO DO FILME “SEM PENA” NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

Não caberia apenas entender o contexto da produção do documentário, no ano de 2014, quando a questão do sistema carcerário e da maioridade penal veio à tona de forma evidente, alimentada pelos programas sensacionalistas, mas compreender como o debate aberto pelo diretor - através do olhar dos próprios presos, de seus familiares, de intelectuais e de pessoas envolvidas com o sistema judiciário - permanece vivo e necessário hoje. A história aqui é entendida como aberta – expressão do filósofo Walter Benjamin (1994) – na medida em que abordar o passado, misturado ao presente, seja uma necessidade constante de “escová-lo a contrapelo”. Ou seja, os acontecimentos não se encerram no tempo distante, fazendo as esperanças e problemas sociais ainda relampejarem no presente, tornando-se imprescindível estudá-los a partir da versão não apenas dos dominadores, mas também dos vencidos. Entendemos que os presos são, ambígua e historicamente, algozes e vítimas sociais, experimentando a vivência numa linha tênue, em que são, ao mesmo tempo, oprimidos e opressores, e que ouvi-los seja importante para compreendermos melhor a dinâmica na produção da violência social e de seu crescimento dentro e fora da prisão.

O que nos fez promover a exibição do documentário é, justamente, a necessidade de mostrar o quanto a problemática do silenciamento, da violência, da ausência de direitos e da opressão nas prisões brasileiras e, da mesma forma, a indiferença social em relação à existência dessas práticas, pertencem ao passado que permanece no tempo presente.

Para Agnès Chauveau e Philippe Téart (1999), o aumento e a aceleração da comunicação, o desenvolvimento tecnológico da imprensa e da edição, e o nível de engajamento ideológico e moral, ou seja, as demandas sociais pelo conhecimento do presente são fatores centrais para o surgimento da história do tempo presente. Assim, analisar o documentário produzido recentemente se torna relevante, não apenas compreendendo-o como fonte histórica do contexto de sua produção, mas também como agente mobilizador da sociedade para pensar um problema que toca a todos nós.

Para Jean-Pierre Rioux (1999), a tentativa de investigar o presente corre na contramão do processo de generalização da mídia, processo que provoca uma espécie de amnésia na sociedade, devido ao bombardeamento diário de acontecimentos ou fatos criados pelos meios de comunicação (caso do debate sobre a maioridade penal, sem promover a reflexão mais apurada). Estudar a contemporaneidade acompanha a necessidade de se transmitir com urgência experiências às novas gerações, virgens de uma memória ajuizada, sobre a desigualdade e os projetos de ordenação e disciplina social. Nesse sentido, compreendemos que publicar e debater as narrativas filmicas de “Sem Pena” (com suas imagens e silêncios) pode colaborar no combate à atemporalidade contemporânea, que esvazia as informações, sem promover o acúmulo, a comparação e a reflexão sobre as informações fragmentadas e diluídas em preconceitos e sensacionalismo.

Partindo desse pressuposto, da cadeia como um problema social do tempo presente, e entendendo o documentário “Sem Pena” como uma tentativa de grande relevância para se pensar a prisão brasileira “de dentro” - a partir do olhar, da memória e das diferentes versões (dos presos, em especial, enquanto sujeitos silenciados) - é que analisamos as relações entre história e cinema, história e memória, memória e esquecimento, defesa e prisão, justiça e direitos humanos, colocando essas temáticas à comunidade universitária. Não pretendemos entender o documentário como reflexo ou transposição da realidade, mas como construção coletiva, como mecanismo de luta política e de reflexão social necessária ao nosso tempo.

De acordo com Nichols (2005), um documentário não deve ser considerado como reprodução da realidade. Se o fosse, seria uma réplica do que já existe. Ele é uma representação do mundo em que se vive, apresenta uma visão de mundo determinada, “com a qual talvez nunca tenhamos deparado antes, mesmo que os aspectos do mundo nela representados nos sejam familiares”. (NICHOLS, 2005, p. 47).

Assim, o uso de testemunhos vivos, a valorização da interdisciplinaridade, o maior diálogo com as Ciências Sociais, a recusa de explicações deterministas e totalizantes, a valorização de atores individuais e coletivos e a relação dialética entre história e memória, a discussão em torno dos conceitos de crime, justiça e punição foram entendidos como instrumentos para certa “educação das sensibilidades” de jovens, no caso os universitários de Alfenas, ligados à UNIFAL.

À luz da leitura de Michel Foucault e também de Michael Pollak (1989), fomos levados a observar no documentário “Sem Pena” como a oralidade é a possibilidade da palavra àqueles não considerados parte integrante por completo do processo de reconhecimento de um coletivo social, historicamente excluídos e estigmatizados. A memória, segundo Pollak, é sempre seletiva e espaço de disputa, de poder e resistência, relacionada à questão da manutenção de uma identidade compartilhada pelos indivíduos de um grupo. As memórias individuais expressas nas narrativas apresentadas pelo filme estão ancoradas na memória coletiva de uma “comunidade de destino ou afetiva”, para usar o conceito de Maurice Halbwachs (2006), cuja experiência passa pelas consequências do ato de acusação e condenação sem provas. No caso, alimentada de forma “subterrânea” pelos presos, contra práticas de violação dos direitos humanos no cárcere e pela ausência de direito à defesa.

Trabalhos acadêmicos em história que buscam uma maior problematização sobre assuntos ligados à vida e à memória de encarcerados ainda são pouco explorados pelos pesquisadores, assim como atividades que tomem o espaço público das universidades. A publicação e análise de filmes, no entanto, pode fazer cada vez mais parte do processo de sensibilização e de conquista de direitos, entendendo-os como documentos representativos de seu tempo e formuladores de discursos que interferem na conduta política e social, capaz de pensar e pressionar para a elaboração de políticas públicas.

Procurando estimular este tipo de reflexão entre os estudantes é que o documentário, até o momento, foi exibido em três oportunidades, reunindo discentes e professores de diferentes cursos da área de Humanidades (mas pretende-se estender a ação também à Saúde e às Exatas, posteriormente). Antes de seu início, explicamos a origem do trabalho de conclusão de curso, seus objetivos e como acabou por vincular-se a uma parceria com os produtores do filme. Vale lembrar, ainda, que também estamos em processo de inserção no trabalho em conjunto com o grupo “Memória Massacre Carandiru”, com o qual estabelecemos diálogo e para o qual convidamos o público a participar.²

O DEBATE SOBRE O FILME “SEM PENA”: METODOLOGIA E RESULTADOS

Colocou-se como pressuposto fundamental na exibição do filme entre os estudantes entender a luta contra o esquecimento e o silenciamento de grupos considerados marginalizados e sem lugar na sociedade, principalmente em um momento em que a criminalidade e as condições das prisões no Brasil – assim como a diminuição da maioria penal - ganham evidência nos debates jurídicos, nas organizações da sociedade civil e nas redes sociais, estimulados pela mídia. Para isso, antes de iniciarmos a sessão, fizemos uma breve referência ao texto de Primo Levi (1985), sobre a sua experiência de contar aos que viveram fora dos campos de concentração nazistas o seu trauma enquanto sobrevivente. Em sua obra, Levi fala sobre o sonho recorrente que ele e outros prisioneiros tiveram em que tentavam narrar as violências e absurdos ocorridos em Auschwitz, na Polônia, e da incapacidade das pessoas em ouvirem. Em seus devaneios, a imagem mais significativa, apontada por ele, era aquela em que seus parentes e amigos – incapazes de ouvir e compreendê-lo – viravam-se de costas e partiam, reduzindo o outro ao silêncio.

A partir deste trecho, pedimos ao público que fizesse um exercício de escuta atenta sobre aquilo que, no primeiro impacto, seria difícil de se compreender, seja pelo estranhamento ou pelo preconceito. Pedimos a cada um que procurasse se despojar de seus rancores para, naquele momento, assumirem, por uma hora e meia, a perspectiva do “outro”, do desprezível, do invisível, o chamado “perpetrador”.

Aqui partimos da concepção de que o conhecimento não se limita à esfera do saber técnico/acadêmico, racionalizado, mas passa também pela dimensão do sentir/sensível. O estímulo à sensibilidade, à escuta respeitosa e atenta, ao olhar cuidadoso, faz parte do processo de estruturação do entendimento mais amplo sobre a realidade. Como afirma Miguel A.L. Araújo (2009), sentir e o inteligir fazem parte de um mesmo processo de compreensão; eles se codeterminam e coimplicam: pensamos sentindo e sentimos pensando, num processo híbrido sensiente e pensante. Sobre isso, o autor completa:

Muitas vezes, na trama das relações cotidianas, pelos influxos das experiências vividas, sobretudo no mundo contemporâneo, a esfera do sensível é veiculada e canalizada por práticas instituídas que tangenciam o corpo, as emoções, os sentimentos - a dimensão afecional - com propósitos de anestesiamento, de massificação e de

controle. Numa sociedade que privilegia a lógica do mercado - a mercado-lógica -, a supremacia do utilitário, da esfera do *ter*, com a onda avassaladora do consumismo que leva à consumação do próprio existir humano, as expressões originárias da Sensibilidade passam, em grandes porções, a ser aplastadas e homogêneas de modo grotesco. (ARAÚJO, 2009)

Desta forma, entendemos que a exibição de um filme como “Sem Pena” pudesse ultrapassar a simples dimensão do mercado e do entretenimento e tornar-se significativo, na medida em que convidássemos as pessoas a olharem com outros olhos e a escutarem com outros ouvidos, longe da banalização da violência cotidiana, da velocidade temporal que esmaga emoções e simplifica sentidos. Educação das sensibilidades seria, assim, reforçar o sentido de *educare* e *educere*. A primeira entendida com o intuito de transmitir, formar e instruir; a segunda de tirar para fora de, fomentar o espírito de criticidade e a estética ligada à ética e ao compromisso com a vida (ARAÚJO, 2009).

Cabe aqui apresentar, brevemente, o caminho do filme que nos fez provocar a sensibilização dos alunos. Logo de início, uma das primeiras vozes que aparecem em *off* aponta para o desconhecimento das pessoas para a realidade carcerária. Um ex-presos afirma que dizer que o “bagulho é muito louco” em músicas de *rap* e nas gírias do dia a dia não é suficiente para que alguém compreenda, de fato, o significado de ser um encarcerado e de sofrer com as injustiças sociais. Logo, são as narrativas subjetivas sobre essas experiências que nos convidam a tentar entrar no mundo da prisão. O filme aborda, em especial, a questão sobre a violação do direito de defesa, apresentando histórias de pessoas que foram presas, sem passarem pelo julgamento ou que permaneceram em cárcere, mesmo inocentes, devido à morosidade do sistema judiciário. Os crimes ali variam, desde o roubo de um xampu, o porte de 100 gramas de maconha até o roubo de carro. Uma das passagens mais marcantes, logo no início da filmagem, é a história de um preso condenado por estupro, segundo ele, de forma injusta e sem a possibilidade de apresentar provas contrárias. A

2 Trata-se de um projeto do Núcleo de Estudos sobre o Crime e Pena da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em parceria com Associação Nacional dos Direitos Humanos, Pesquisa e Pós-Graduação (Andhep), com a finalidade de reunir documentos e materiais sobre o massacre de 1992. Com a parceria, pretendemos contribuir com as entrevistas de história oral de vida do ex-presidiários. Para maiores informações ver <https://www.facebook.com/memoriamaassacrearandiru>.

narrativa não apenas acusa de negligente a burocracia do Estado, mas aponta para o preconceito da sociedade que condena a partir de determinados estereótipos, a fim de livrar-se de suas culpas e responsabilidades.

Imagens de prateleiras abarrotadas de processos acumulados há anos, sem resposta, ou de celas cheias e mesas de juizes vazias (com seus paletós nas cadeiras) dialogam com as vozes de mulheres e homens, que revelam sobre prisões arbitrárias, sobre penas que venceram o prazo, mas que permaneceram pela negligência e desrespeito de membros do Judiciário. Promotores, juizes e juristas apresentam problemas dos presídios: criminosos que se misturam sem critério; jovens de periferia que são presos quando poderiam ter penas alternativas e educação; o alto índice de reincidência de crimes, mostrando a ineficácia das prisões; a lógica racional e capitalista da exclusão e da reclusão dos mais pobres e de negros pelo sistema prisional.

Em certo momento do documentário um jurista apresenta a história de um encarcerado que dialogava com estudantes universitários e que lhes perguntava sobre a diferença entre o seu crime (roubo de carros) e a “cola” realizada por eles na academia. Apontando para a injustiça de sua condição e para o privilégio dos ouvintes, ele revelava a gravidade das ações das elites universitárias que, enganando a maioria, fingem conhecer e se formar para exercer cargos de comando, sem estarem preparadas: “o meu crime prejudica um; o de vocês prejudica toda a sociedade”, afirmava ele aos jovens estudantes. Esse foi um dos “dedos na ferida”, com o qual abrimos o debate com a comunidade acadêmica.

No entanto, para que o documentário “Sem Pena” pudesse ser analisado e provocasse a reflexão coletiva no espaço acadêmico, todos os elementos que compõem a sua organização de conteúdo e também sua lógica técnica foram levados em conta no momento da discussão: sons, imagens ou ausência delas, tempos destinados a cada plano e os modos de representação; o conteúdo e sua construção; a realidade que se revela e que se omite na intencionalidade de produtores, diretores e narradores, e para além dela. O aporte teórico do trabalho de conclusão de curso - Martin (1990), Morettin (2003), Mauad (1997) e Orlandi (2001) – serviram também como referências a fim de estimular o público a examinar o discurso oral e imagético, procurando perceber o que revelam do tempo histórico tratado e também do tempo histórico no qual se inserem. Na fala dos estudantes, muitos aspectos foram levantados, como as linguagens que se entrecruzam no filme, a oralidade, a visualidade, o cenário, assim como as mensagens, as lacunas e os silêncios; estes últimos representados principalmente pelo ocultamento das pessoas que narram.

A condução das questões ao público procurou apontar para a possibilidade de que as narrativas presentes no documentário – e toda a performance que as envolve – também são fatos e documentos de seu tempo e para o nosso tempo. Uma obra filmica como esta representa uma forma de trazer à tona “memórias subterrâneas”, nos dizeres de Michael Pollak (1989), reprimidas pelo sistema carcerário e por uma sociedade indiferente à necessidade de defesa – acostuada que é, culturalmente, a acusar e condenar sem provas –, à recuperação de presos e de sua inserção social, mas sempre alimentadas pelos sujeitos/detentos em seu cotidiano, prontas a virem à tona em tempos de crise, como é o caso dos debates atuais em torno da maioridade penal, das condições de cárcere no Brasil e da batalha entre memórias divergentes sobre criminalidade e punição, representados no filme. É no imaginário dos “cidadãos livres” que os presidiários passam a ser compostos como sujeitos invisíveis ou ignorados, justamente por não terem espaço para serem ouvidos ou falarem. Segundo um dos intelectuais que aparecem no vídeo, a sociedade seria tão cega, aplaudindo um sistema, sem conseguir perceber que ele é ineficaz a tal ponto que não reinsere o preso na coletividade, condenando a todos a uma mesma punição.

Em meio às colocações dos presentes, Paulo Freire não poderia deixar de ser lembrado pelo público. Alguns alunos apontaram o significado do que ele chamou de Pedagogia da Indignação e da Esperança, no sentido de que um filme como esse colabore para romper com os estereótipos que cristalizam nosso olhar, promovendo o conformismo, a inação e a cegueira diante dos problemas sociais. Nesse sentido, questões sobre a importância do ato de ver e de escutar atentamente, foram levantadas por nós, coordenadores da discussão, tendo a preocupação e mostrar que refletir coletivamente é procurar romper com atitudes condicionadas, anestésicas e intolerantes.

Uma das questões apontadas pelos participantes (futuros professores) foi também sobre a possibilidade de reversão desta realidade excludora, pelo caminho da educação nas escolas. Promover a introdução de temáticas contemporâneas nos currículos escolares não trata de abandonar velhos currículos, mas repensá-los à luz dos problemas presentes. Trazer a questão da pobreza, da exclusão, da prisão, dos estigmas e da violência (física ou simbólica) para as salas de aula é dar uma dimensão social a problemas que parecem, pelo senso comum, como naturalizados e reduzidos a determinadas esferas sociais, quando na verdade se estendem a toda sociedade enquanto realidade e possibilidade. Pensar sobre as condições dos encarcerados não significa querer amenizar ou ignorar suas culpas, ou julgá-los, mas procurar entender as experiências de violação de direitos, dentro e fora das prisões, entendendo esses espaços como inseparáveis. Apesar dos muros, as memórias esquecidas lá dentro são resultados da dinâmica social e muito podem revelar sobre sua perversidade fora dela.

Essa dimensão da injustiça que permeia toda a sociedade ficou ainda mais próxima quando os presentes foram convidados a relatarem sobre tratamentos jurídicos ou policiais recebidos por parte de amigos e conhecidos, ou mesmo em experiências pessoais. Ali houve compartilhamento e emoção, mostrando como o filme “Sem Pena” não retratava apenas informações sobre o cotidiano carcerário, mas era portador de mensagens sobre a necessidade de mobilização social por um mundo mais humano e justo. Entre as propostas para ampliar o debate iniciado está um novo encontro, envolvendo alunos e professores, com a finalidade de pensarmos juntos o posicionamento da Universidade diante da questão da maioridade penal e da violência.

Sensibilizar o público em torno do sistema penitenciário ou as condições de morosidade, de exclusão e reforço da pobreza, representou perceber que todos eram portadores de saberes que poderiam ser compartilhados, esclarecendo melhor sobre o mundo em que estamos inseridos,

fora ou dentro da prisão.

Inspirados em Paulo Freire e em Rubem Alves, entendemos que o processo de educação da escuta ou do olhar implica sempre no estímulo à capacidade de observar atentamente e ouvir o que o outro tem a narrar, sem antes julgá-lo, sem pressa e sem medo de ser incompreendido. Para finalizar, lemos um trecho da obra de Rubem Alves (1999), sobre o que ele chamou de escutatória, lembrando sobre sua importância, se quisermos nos mobilizar em torno de políticas sociais mais democráticas e humanizadoras³. Ou seja, é preciso que testemunhemos o testemunho do outro, que não viremos de costas, impedindo a fala, promovendo o silenciamento, como tanto denunciara Primo Levi. Educar as sensibilidades é lembrar aos outros que eles também sentem e sabem e que só a partir deste ato delicado e dedicado de compartilhamento de experiências é que poderemos pensar alternativas para a injustiça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos demonstrar aqui que o documentário pode ser entendido como um instrumento poderoso nos “rearranjos da memória coletiva” e também como instrumento de educação das sensibilidades. Como afirmou Pollak, “ainda que seja tecnicamente difícil ou impossível captar todas essas lembranças em objetos de memória confeccionados hoje, o filme é o melhor suporte para fazê-lo. (POLLAK, 1989, p.11). Assim, ao entender “Sem Pena” como uma maneira de tratar a memória social de um grupo de pessoas injustamente condenadas ou destinadas à exclusão e reclusão social – em diálogo com outras que as condenaram ou que estão envolvidas de certa forma com o sistema carcerário – por meio do entrecruzamento discursivo e de imagens, deve-se chamar a atenção para o confronto de lembranças e esquecimentos; de versões múltiplas e, dessa maneira, analisar como os narradores constroem sua realidade e se constroem no processo de disputa por justificativas para suas ações e para o julgamento do comportamento de outros sujeitos.

Para a leitura do cinema como fonte de investigação e de reflexão coletiva – como ação educativa – é preciso sempre analisar esse documento em sua dimensão crítica analítica, que engloba o estudo da fonte emissora, das condições de produção e a análise da própria realização do filme, que consiste no uso de operações ideológicas e técnicas, como a sonorização, o cenário, as imagens e os silêncios, dentre outras; aqueles silêncios que dizem pelas longas “viagens” da câmera sobre intermináveis arquivos de processos acumulados e esquecidos, ou sobre as pichações nas paredes das prisões, revelando angústias e abandono.

Nas narrativas e nos interditos de “Sem Pena”, encontra-se um fio condutor, a despeito das variações interpretativas, que devem ser entendidas como instrumentos de reconstrução de identidade e não apenas como relatos factuais. Os presos, mais do que informam, significam a experiência da prisão e dialogam com a sociedade que os assiste. Os juristas, policiais e familiares também se posicionam no mundo e procuram justificar conceitos como exclusão, crime e punição.

Nesse sentido, torna-se importante perceber o significado de identidade na sua forma mais ampla, como a construção da imagem de um grupo de si, para si e para os outros, e de vários grupos entre si. As prisões devem ser entendidas muito além de seu conceito geográfico e de seu tempo de existência, pois traz marcas do lado de fora dela, denuncia uma história de sofrimentos, conflitos, resistências e afetos, conservando, em torno dos narradores, as condições que permitem aflorar a lembrança.

Não se trata, assim, de apenas realizar uma análise de um documentário, a partir de conceitos acadêmicos, nem de discutir com o público universitário o binarismo verdade/mentira, ficção/realidade, pois acreditamos que o cinema trabalha com essas dimensões misturadas, em que se encontram também temporalidades diversas e dimensões espaciais cruzadas, como a subjetividade, o privado, e o público. É preciso colocar em discussão os aportes ideológicos da obra, os interesses dos sujeitos que se dispuseram a narrar – não como reflexos ou verdades absolutas dos fatos, mas como produto e produtores de seu tempo – e as relações sociais que atravessam essa concepção de justiça que permanece mantendo a desigualdade e que não elabora políticas de inclusão de direitos.

O cinema deve ser analisado, como realidade percebida, interpretada e/ou criada, seja pela preocupação com a verdade, seja com marcas da ficção. É recurso para se pensar a própria história – a nossa história – explorando dimensões que extrapolam as acadêmicas. É fundamental para a formação crítica da opinião pública, a interferência e estímulo ao debate entre diferentes pontos de vista, educando as sensibilidades para a necessidade da escuta, para a percepção do outro e para a prática do direito. Vale dizer, ainda, parafraseando José Assunção Barros (2011), que o cinema é produto da história e como tal pode revelar o lugar, o tempo e os sujeitos que o produzem, mas também pode ser instrumento produtor de sentido e de sensibilidades que se comprometam com

3 “Sempre vejo anunciados cursos de oratória. Nunca vi anunciado curso de escutatória. Todo mundo quer aprender a falar. Ninguém quer aprender a ouvir. Pensei em oferecer um curso de escutatória. Mas acho que ninguém vai se matricular. (...) Não é bastante ter ouvidos para se ouvir o que é dito. É preciso também que haja silêncio dentro da alma. Daí a dificuldade: a gente não aguenta ouvir o que o outro diz sem logo dar um palpite melhor, sem misturar o que ele diz com aquilo que a gente tem a dizer. Como se aquilo que ele diz não fosse digno de descansada consideração e precisasse ser complementado por aquilo que a gente tem a dizer, que é muito melhor. (...) Nossa incapacidade de ouvir é a manifestação mais constante e sutil da nossa arrogância e vaidade.” (ALVES, 1999, p.57)

uma consciência-mundo, como diria Paulo Freire. Para ele, a prática educativa pressupõe estética e ética, “em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e com a seriedade” (1996, p. 26). A exibição do documentário “Sem Pena”, nesse sentido, deve promover os valores da justiça, do respeito, do direito e da dignidade humana contra o conformismo e a desesperança.

No final do filme, quase de forma profética, uma fala feminina anuncia: se a sociedade brasileira for incapaz de perceber a dimensão complexa e injusta das desigualdades no Brasil e, em decorrência disso, não se sensibilizar com a possibilidade da injustiça e da violação do direito à defesa e à vida como um problema coletivo, sucumbiremos todos. Foi o que pretendemos evitar com este trabalho que está apenas começando...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Rubem. Escutatória In *O amor que acende a lua*. São Paulo: Papyrus, 1999.

_____. Educação do olhar. *Revista Pais & Filhos*, São Paulo, 16, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.paisefilhos.pt/index.php/opiniao/rubem-alves/2324-educacao-do-olhar>> Acesso em 14 de maio de 2015.

ARAÚJO, Miguel A.L. Os sentidos da sensibilidade e sua fruição no fenômeno do educar. *Educação em Revista*. vol.25 no.2, Belo Horizonte, 2009. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982009000200009&lng=pt&nr_m=iso&tlng=pt. Acesso em 14 de maio de 2015.

BARROS, José D’Assunção. Cinema e história: considerações sobre usos historiográficos de fontes filmicas. *Comunicação & Sociedade*, Ano 32, n. 55, p. 175-202, jan./jun. 2011.

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas I*. Magia e técnica: arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CHAUVEAU, A., TÉTART, P. (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 16.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 2006.

LEVI, Primo. *É isto um homem?* São Paulo: Rocco, 1985.

LOPES, Gustavo Esteves. Aportes Teóricos à História Oral: os Conceitos de ‘Perpetrador’ e ‘Vítima’. *Oralidades (USP)*, v. 9, p. 155-186, 2011.

MAUAD, Ana Maria. História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema In CARDOSO, Ciro F. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

MIRANDA, Camila Maximiano. *O Estado E As Políticas De Qualificação Profissional Implantadas No Sistema Prisional*. Disponível em: http://www.btdt.ufu.br/tde_arquivos/9/TDE-2009-03-20T135958Z-1409/Publico/Camila.pdf.

MORETTIN, Eduardo. O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 38, p. 11-42, 2003.

NICHOLS, Bill. *Introdução ao Documentário*. Campinas: Papyrus, 2005.

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2001.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v.2, p.3-15, 1989.

RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, A., TÉTART, P. (orgs.). *Questões para a história*

do presente. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

SOUZA, Percival. *O prisioneiro da grade de ferro*. São Paulo: Traço Editora, 1983.

VARELLA, Dráuzio. *Estação Carandiru*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1999.

VICHETTI, Sandra P. As muralhas da prisão e a vida na cidade: o dito e o feito. *Revista Oralidades*. São Paulo:USP, n.9, p.129-151, 2011.

ZOMIGHANI Jr, James H. *Desigualdades espaciais e prisões na era da globalização neoliberal*. Doutorado. FFLCH. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

ZUMTHOR, Paul. *Introdução à poesia oral*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.